

Comissão Especial de Investigação Sumária: uma estratégia política nada sutil (Brasil, golpe civil-militar/1964)

7

*Inquiry Summary Special Commission: an unobtrusive
political investigation (Brazilian civil-military coup/1964)*

Beatriz T. Daudt Fischer*
Marcos Fontana Cerutti**

Resumo: Instalada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) logo após o golpe civil-militar 1964, a Comissão Especial de Investigação Sumária (Ceis) teve como objetivo investigar ações consideradas subversivas, envolvendo professores, funcionários e estudantes. A presente pesquisa buscou saber como tal acontecimento é hoje lembrado por alguns estudantes da época, diretamente envolvidos naquele contexto. Para a busca de dados, optou-se pela História Oral, coletando narrativas de cinco sujeitos, além de pesquisa documental: atas, fichas de informações, ofícios e matérias no jornal *Correio do Povo*. Para fundamentar a análise, foram utilizados referenciais advindos de Alistair Thompson, entre outros. Além de abordar situações da repressão instalada na universidade, o texto também apresenta alguns desdobramentos acerca do processo de pesquisa que adota a memória como fonte a ser considerada no processo analítico.

Palavras-chave: Memória. História Oral. Golpe civil-militar/64. Movimento estudantil.

Abstract: Soon as the Brazilian civil-military coup (1964) was installed, it had been installed too the Special Committee on Research Summary (Ceis) for investigate actions considered subversive, involving faculty, staff and

* Docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Fundamentos Sociais da Educação pela *Stanford University*. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o grupo de pesquisa "Educação, História e Políticas". *E-mail:* beatrizf@unisinos.br

** Mestre em Educação pelo PPGEduc da Unisinos. Professor na rede municipal da cidade de Barão e de Carlos Barbosa/RS. Membro do grupo de pesquisa "Educação, História e Políticas". *E-mail:* marcosfontanacerutti@gmail.com

students. This study aims to know how such event is remembered today by some students of the time, directly involved in that context. To search for data, we opted for the oral history, collecting five individual's narratives, and documental research: records, information sheets, letters and also the newspaper *Correio do Povo*. For analysis support we used references coming from Alistair Thompson among others. Besides repression installed in the university, the text also raises questions about the research process that deals with memory.

Keywords: Memory. Oral History. Brazilian civil-military coup/64. Students movement.

Introdução

Primeiramente, tentamos trazer o passado para perto, para lhe fazer perguntas e observá-lo. Depois, então, temos de recriar a distância para lançar nossas considerações. Ou seja, usamos técnicas para entender o passado de perto. Só que depois temos que entender o passado dentro de seus próprios termos. E, para isso, é preciso afastá-lo novamente. Esse movimento duplo mostra que, no fundo, ao fazer história, estamos tentando entender uma linguagem que não é a nossa. O desafio é decifrar essa linguagem sabendo que não nos pertence. É preciso sentir o choque da história. (GINZBURG).

Instalada na UFRGS em maio de 1964, portanto imediatamente após o golpe civil-militar, a Ceis teve como objetivo investigar ações consideradas subversivas, envolvendo professores, funcionários e estudantes. Este artigo desdobra considerações acerca daquele contexto, bem como apresenta detalhes significativos sobre o funcionamento da referida comissão. O conjunto de dados coletados serve como pano de fundo para melhor compreender a época, facilitando a busca por sujeitos, então estudantes, que agora disponibilizam algumas horas de seu cotidiano para, através da memória, rememorar tal acontecimento.

Em 18 de maio de 1964, foi instalada na UFRGS a Ceis, composta por 16 membros (professores) indicados pelas faculdades, além da presença de um assessor militar, indicado pelo III Exército, integrando o grupo que exerceu tais poderes até o dia 5 de agosto daquele ano. Através das

investigações, 17 professores seriam expurgados da UFRGS em setembro de 1964. O problema desencadeador da pesquisa que aqui se passa a relatar pode ser resumido na seguinte questão: como os trabalhos realizados pela Ceis da UFRGS/64 repercutem hoje na vida dos então estudantes, a partir da memória sobre o processo a que foram submetidos?

Considerações iniciais

Imediatamente após o golpe civil-militar/64, iniciou a “operação limpeza”, ou seja, a perseguição e repressão política e ideológica dos diferentes setores da esquerda brasileira. Tais ações basearam-se na Doutrina de Segurança Nacional de combate ao comunismo. No dia 9 de abril de 1964, entrou em vigor o Ato Institucional 1 (AI-1), assinado pelo Comando Supremo, que buscou “consolidar a vitória da revolução”. O artigo 7º legitimou as investigações sumárias e a repressão no País, suspendendo por seis meses “as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”. (BRASIL. Ato Institucional 1, de 9 de abril de 1964).

Posteriormente, o Decreto 53.897, assinado por Castello Branco, no dia 27 de abril de 1964, regulamentou os arts. 7º e 10 do AI-1. O decreto criou a Comissão Geral de Investigações (CGI), com a função de promover as investigações sumárias. Tal comissão, vinculada à Presidência da República, teve em sua composição três membros escolhidos pelo presidente. Os ministérios poderiam realizar as investigações que julgassem convenientes, poderiam ser feitas pela respectiva comissão, mediante representação dos governadores dos estados e prefeitos municipais, ou quando a CGI julgasse conveniente. O artigo 5º do decreto afirmou que seria dada a oportunidade de defesa, oral ou escrita, ao indiciado. (BRASIL. Decreto 53.897, de 27 de abril de 1964).¹

Cabe salientar que, logo após o golpe, o reitor da UFRGS, Professor Elyseu Paglioli, foi afastado do cargo, e o vice-reitor, Pery Pinto Diniz da Silva, optou pela renúncia. Interinamente, assumiu Luis Leseigneur de Faria

¹ A CGI foi extinta no dia 27 de outubro de 1964, pelo Decreto 54.609. (BRASIL, Decreto 54.609, de 26 de outubro de 1964). “O total de afastamentos sumários (cassações e expurgos) promovidos entre abril e outubro de 1964 chegou a quase 2.700 pessoas, segundo memorável reportagem veiculada no *Coojournal*” (DE PRESTES a Alencar Furtado: 4.682 cassados, 1977, p. 18 apud MANSAN, 2009, p. 73).

até que José Carlos Fonseca Milano, confirmado por Castello Branco a partir de lista tríplice a ele enviada pelo Conselho Universitário (Consun) da UFRGS – passou a ocupar oficialmente a função, em 18 de maio de 1964, nela permanecendo até 1968. (MANSAN, 2009, p. 78).

No dia 20 de abril de 1964, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através de telegrama,² entrou em contato com a reitoria da UFRGS informando sobre a Portaria 259, que determinava a instauração de inquéritos nas universidades do Brasil:

EDREITOR PALEGRE RS. EXCELENTÍSSIMO SR
MINISTRO VG POR PORTARIA 259 DE 20 CORRENTE
VG DETERMINOU COMUNICAÇÃO URGENTE VG POR
TELEGRAMA VG VOSSÊNCIA VG SEGUINTE TEOR
REFERIDA PORTARIA O MINISTÉRIO EDUCAÇÁ ET
CULTURA VG USANDO SUAS ATRIBUIÇÕES ET
CONSIDERANDO TERMOS ATO INSTITUCIONAL
SERÃO OBSERVADAS SEGUINTE NORMAS GERAIS PT
NAS UNIVERISDADES INQUÉRITOS SERÃO
MANDADOS INSTAURAR NAS INSTITUIÇÕES ENSINO
ISOLADAS VG PELOS SEUS DIRETORES PT SEGUNDO
RELATÓRIOS SERÃO REMETIDOS COM PARECERES
CONCLUSIVOS AO MINISTRO ESTADO VG DENTRO
PRAZO TRINTA DIAS A CONTAR VINTE ABRIL
CORRENTE VG SEM PRORROGAÇÃO PT EDPESSOAL.
(MEC, 1964).

Os inquéritos se dariam de forma isolada nas diferentes unidades de ensino, escolas e faculdades. As faculdades e institutos da UFRGS receberam um ofício do reitor José Carlos Fonseca Milano, que determinou a instauração de inquéritos para averiguar atos de subversão em cada unidade de ensino, porém as congregações responderam ao ofício comunicando a inexistência de subversão nas respectivas unidades e afirmando ser desnecessária a realização de inquéritos. (HOLZMANN, 2008, p. 31). Coube

² UFRGS/Ceis. *Ata da reunião de instalação da Ceis*, 18/5/1964, p. 2. UCS/Cedoc/LTM.

ao reitor, então, a tarefa de designar a comissão, delegando a cada congregação a tarefa de nomear seus representantes. Também merece ser destacado que havia uma recomendação: buscar o entendimento com o III Exército para que o mesmo designasse representante para acompanhar os trabalhos da comissão. O indicado pelo III Exército foi o Gen. Jorge César Garrastazu Teixeira.

A Ceis foi instalada no dia 18 de maio de 1964, pela Portaria 885 do Reitor José Carlos Fonseca Milano e foi composta por 16 membros indicados pelas faculdades, além da assessoria militar. No dia 21 de maio de 1964, conforme registrado em ata,³ aconteceu a primeira reunião, com aprovação de um regimento para o funcionamento da mesma e definição de subcomissões.

Na ata dessa primeira reunião, o Professor Nagipe Buaes sugeriu “que cada integrante da Comissão obtivesse da sua Faculdade ou Escola uma lista do corpo docente, discente e administrativo, para que a mesma fosse devidamente apreciada”. O objetivo dessas listas, segundo o proponente, era ensinar “à Comissão, informações que pudessem levá-la a intensificar suas atividades”.⁴ A sugestão foi aceita pelos membros da comissão que, nas reuniões seguintes, providenciou e encaminhou as referidas listas. Ainda segundo os registros, é possível depreender a naturalidade com que ali se falava no papel dos *interventores*. Assim, por exemplo, no fim dessa reunião, decidiu-se que o General Teixeira deveria convidar os interventores de entidades estudantis para participarem da reunião seguinte, a fim de que houvesse uma plena coordenação das atividades. Assim, na segunda reunião realizada, a Ceis recebeu e ouviu os seguintes interventores: o Tenente-Coronel Nathanael Gomes Álvares, o Tenente-Coronel Antônio Mendes Ribeiro, o Tenente-Coronel Waldemar Carlos Schneider e o Tenente-Coronel Ruy Gonçalves, respectivamente, interventores da União Nacional dos Estudantes (UEN), da Federação dos Estudantes da UFRGS (Feurgs), da Casa do Estudante e da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (Umespa). Em relação à entidade representativa dos estudantes da UFRGS – a Feurgs – seu interventor relatou a forte influência comunista na entidade, para ele, subversiva:

³ UFRGS/Ceis. *Ata da 1ª reunião ordinária da Ceis*, 21/5/1964, UCS/Cedoc/LTM.

⁴ UFRGS/Ceis. *Ata da 1ª reunião ordinária da Ceis*, 21/5/1964, p. 9-10. UCS/Cedoc/LTM.

Aduziu que, segundo verificação feita na DOPS, 4 elementos da Diretoria da FEURGS estavam fichados naquela Divisão: o Presidente da entidade, Ac. Plínio Dentzien e outros 3 elementos. Leu a ficha do Ac. Dentzien na DOPS e, em seguimento, teceu considerações sobre fatos ocorridos na última campanha eleitoral na FEURGS, bem como sobre a correspondência subversiva que ainda hoje chega àquela entidade – correspondência essa que, agora, é cremada – para concluir declarando que todos esses fatos demonstram a profunda infiltração subversiva que existe no meio estudantil.⁵

A análise dos documentos da comissão também deixa explícita a cooperação que existia entre os órgãos de repressão no que se refere à troca de informações. Uma via das listas de professores, estudantes e funcionários providenciadas pelos professores de cada faculdade e das escolas foram encaminhadas para o assessor militar da comissão, Gen. R/1 Jorge Cesar Garrastazu Teixeira, indicado pelo III Exército.⁶ Através desse assessor militar, aconteceu a troca de informações entre a Ceis, o III Exército e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), tanto que, na primeira reunião, o mesmo foi incumbido pelo presidente “de solicitar informes ao Comando do III Exército e à Chefia de Polícia quanto aos atos e fatos, investigados pela Comissão Especial e praticados por elementos vinculados à Universidade”.⁷

Outro destaque deve ser trazido aqui em relação à quarta reunião: realizada no dia 8 de junho, o General Teixeira, como era denominado o assessor militar nos documentos, afirmou que as informações provenientes do

III Exército já estão tôdas, praticamente, encaminhadas às Sub-Comissões. No Dops ainda existem muitas informações a serem recebidas, as quais estão demorando em virtude das inúmeras solicitações que estão sendo feitas àquela repartição.⁸

⁵ UFRGS/Ceis. *Ata da 2ª reunião ordinária da Ceis*, 26/5/1964, p. 5. UCS/Cedoc/LTM.

⁶ UFRGS/Ceis. *Ata da 2ª reunião ordinária da Ceis*, 26/5/1964, p. 4. UCS/Cedoc/LTM.

⁷ UFRGS/Ceis. *Ata da 1ª reunião ordinária da Ceis*, 21/5/1964, p. 10. UCS/Cedoc/LTM.

⁸ UFRGS/Ceis. *Ata da 4ª reunião ordinária da Ceis*, 8/6/1964, p. 7. UCS/Cedoc/LTM.⁹ Consta abaixo dessa lista de estudantes, em anexo ao ofício, entre parênteses, a seguinte descrição: “Inf. III Exército”. No lado superior direito do ofício, consta a inscrição em letras maiúsculas: “SECRETO”. (UFRGS. CEIS. SUBCOMISSÃO D. *Ofício expedido pelo General Jorge Teixeira, assessor militar, ao presidente da subcomissão de Investigação Sumária da Universidade do Rio Grande do Sul D, remetendo documentos*, 16/06/1964, p. 1-2. UCS/Cedoc/LTM).

Fez parte dos documentos da Ceis analisados, um ofício expedido pelo General Teixeira ao presidente da subcomissão D, remetendo dois documentos: uma relação dos inscritos no curso “O Marxismo como filosofia humanista em nosso tempo”, promovido pelo Professor Jacob Gorender, com data de agosto de 1962, e o extrato do livro de atas do conselho da União Estadual dos Estudantes (UEE) (este último, não consta em anexo).⁹ Em algumas reuniões foram lidas fichas de informações de professores enviadas pelo III Exército à Ceis: “O sr. Gen. Teixeira, logo após, solicitou fôsse lida, para conhecimento do plenário, a ficha de informações sôbre o Prof. Westphalen, ficha essa enviada pelo III Exército.”¹⁰ Dentre os documentos da Ceis, consta uma ficha de informações do professor da Faculdade de Filosofia da UFRGS, Ernani Maria Fiori, em que se citam eventos dos quais o mesmo participou e diz ainda que o professor “orienta tôdas as atividades extremistas das organizações estudantis de Pôrto Alegre. Lidera a ação dos comunistas na Faculdade de Filosofia”, sendo que consta também no documento referência a algumas das informações que foram prestadas pelo Dops.¹¹ Na reunião seguinte, o professor Laudelino Teixeira de Medeiros¹² questionou os diretores presentes, indagando se existe no corpo discente das suas respectivas faculdades algum “estudante profissional”. Consta em ata:

O Prof. Laudelino, a seguir, referiu-se a um tipo de estudante que é relativamente raro, mas que existe na Universidade: o estudante profissional. Esse estudante permanece no ambiente universitário com finalidades estranhas e contrárias aos objetivos da Universidade, e, algumas vezes, com fins subversivos. É um estudante que repete intencionalmente, ou, então, que permanece na Escola, através de outros cursos, com a intenção de ficar no ambiente universitário.¹³

¹⁰ UFRGS/Ceis. *Ata da 5ª reunião ordinária da Ceis*, 9/6/1964, p. 8. UCS/Cedoc/LTM.

¹¹ UFRGS/Ceis. *Ficha de informações do professor da Faculdade de Filosofia da UFRGS – Ernani Maria Fiori*, UCS/Cedoc/LTM. 1 p.

¹² Conforme referido no início deste texto, esse professor preservou toda a documentação do acervo que hoje leva seu nome e que permitiu esta pesquisa.

¹³ UFRGS/Ceis. *Ata da 5ª reunião ordinária da Ceis*, 9/6/1964, p. 5. UCS/Cedoc/LTM.

Cabe destacar que, na presente pesquisa, o entrevistado José Antonio F. Arregui fez referência à presença desses estudantes na Faculdade de Direito. Disse ele em meio a sua narrativa:

O partidão que eu digo é o PC [Partido Comunista], o partidão o que fazia? Pegava você e tornava-o, você, militante [...] um estudante profissional, você nunca saía do segundo ano, você entrava e ficava sempre no segundo ano, para quê? Para fazer proselitismo das idéias do PC.

Retomando os documentos da Ceis, verifica-se que, na sexta reunião, foram relatadas as ações mais enérgicas do movimento estudantil contra o golpe militar na UFRGS, principalmente, através do relato de Ari Nunes Tietböhl, diretor da Faculdade de Filosofia. Consta na ata da referida reunião, o relato do diretor sobre os fatos ocorridos:

Com a eclosão do movimento revolucionário, a 31 de março, 1º de abril e manhã de 2 de abril, registrarem-se, de parte da direção do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, atos e manifestações que de modo algum viviam o espírito da Revolução. Quando, cêrca das 7:45 horas do dia 1º; o orador chegou à Faculdade que dirige, havia cartazes com declarações contrárias ao movimento eclodido, tais como: “Abaixo os gorilas”, “O Centro Acadêmico manifesta-se contra o golpe” e outros. O Prof. Tietböhl chamou o Presidente e determinou que, de imediato, retirasse todos os cartazes que haviam no pátio da Faculdade.¹⁴

Seguindo o seu relato, o diretor afirmou que foi organizado um posto de alistamento no Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt (CAFDR), da Faculdade de Filosofia, “no sentido de fazer uma resistência ao movimento revolucionário”:

Mais tarde, perto do meio dia, o orador ouviu, pelo rádio, que existia, no Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, um centro

¹⁴ UFRGS/Ceis. *Ata da 6ª reunião ordinária da Ceis*, 15/6/1964, p. 3. UCS/Cedoc/LTM.

de alistamento do movimento contrário ao que havia eclodido. À tarde, o orador foi novamente à Faculdade, tendo encontrado, na confluência da Av. Paulo Gama com a Av. Osvaldo Aranha, uma espécie de barricada, constituída de bancos de cimento, tonéis vazios e outros materiais. No recinto, defronte da porta principal, estava uma faixa em que se lia, mais ou menos, os seguintes dizeres: “Faculdade de Filosofia – Centro de Alistamento”. Entretanto, quando o orador estava chegando à Faculdade, chegava, também, um veículo de Polícia de Choque, tendo, esta, destruído a barricada e retirado todos os cartazes que estavam pregados às árvores, nos quais se concitava a mocidade a se alistar.¹⁵

Sujeitos e fontes documentais

O desenvolvimento da presente pesquisa demandava a busca de possíveis sujeitos que então, como estudantes, tivessem vivido aquele momento e que estariam dispostos a fazer suas narrativas a partir do que a memória hoje evocaria. Ou seja, tornava-se fundamental encontrar alguns daqueles que, imediatamente após o golpe de 1964, teriam sido investigados pela Ceis. Partiu-se de uma base documental (atas de reuniões, ofícios, fichas de informações, telegramas) pertencente ao acervo do Cedoc/UCS¹⁶ do Fundo Laudelino Teixeira de Medeiros.¹⁷ A partir da análise do material encontrado, identificaram-se nomes de estudantes da época, referidos em diferentes documentos. Após várias tentativas para localizá-los, chegou-se a cinco sujeitos que concordaram totalmente em atender às entrevistas.

Na perspectiva de melhor entendimento do contexto, a pesquisa também contou com um dos jornais de maior circulação na época, o *Correio do Povo* (todas as edições do ano de 1964) com o objetivo de verificar como a imprensa noticiava o clima de efervescência política que culminou

¹⁵ UFRGS/Ceis. *Ata da 6ª reunião ordinária da Ceis*, 15/6/1964, p. 4. UCS/Cedoc/LTM.

¹⁶ O Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (Cedoc), criado em 1988 por professoras do Departamento de História e Geografia (DHIG) com o intuito de resgatar a história da universidade, funciona, atualmente, na Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul e conta com documentos relacionados à história da instituição e mais quatro coleções: Consulado da Itália, Estação Experimental de Viticultura e Enologia, Laudelino Teixeira de Medeiros e Oswaldo Fernandes Braga (Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul, 2009).

¹⁷ A Coleção Laudelino Teixeira de Medeiros é composta pelas seguintes séries documentais: Vida Pessoal; Atuação Profissional (do qual fazem parte os documentos analisados referentes à Ceis); Produção Intelectual; Produção de Terceiros; Coleção de Mapas e Plantas e Coleção de Fotografias.

no golpe civil-militar/64, em especial selecionando matérias relacionadas à Ceis, noticiadas por aquele periódico diário. Foram escolhidas 306 matérias do jornal *Correio do Povo* do ano de 1964, fotografadas em alta resolução, para facilitar a análise realizada posteriormente. Se, por um lado, selecionar e catalogar os documentos demandou muito tempo, por outro lado, além de possibilitar a inserção no tema e no período estudado, produziu um rico potencial, provocador de novas perguntas e de novas pesquisas.

Pela quantidade de documentos disponibilizados no referido acervo, tornou-se necessário produzir a crítica externa e interna dos mesmos. A primeira refere-se à autenticidade dos documentos, e a segunda, a uma fase mais complexa, que diz respeito à problematização dos documentos, buscando responder a questões, como: de que tipo de documento se trata? Que diz de fato o documento? Quem o produziu? Qual foi a finalidade? Quando e em que circunstâncias foi produzido? (BELL apud CALADO; FERREIRA, 2004, 2005, p. 1).

Procedimentos metodológicos

Ainda que trabalhar com memória não signifique o conhecimento pleno do que ocorreu em tempos pretéritos, há sempre a possibilidade de aproximações com os acontecimentos, permitindo ao pesquisador uma determinada produção de sentido a partir de articulações diversas. Assim, esta pesquisa fundamentou-se na História Oral, a partir da memória dos sujeitos, mais especialmente, a pesquisa trabalhou com a história de vida temática (FISCHER; WEIDUSCHADT, 2009), focando especificamente repercussões da experiência vivida em 1964 na trajetória desses ex-estudantes.

Nesse sentido, o processo de pesquisa e análise teve sempre presente os cuidados necessários já referidos por outros pesquisadores. Nunes (2002, 2003), por exemplo, afirma que o uso de memórias como fonte histórica supõe a possibilidade de articulá-las, ou seja, de ter a compreensão da dimensão pessoal da memória que compõe o indivíduo e a dimensão social em que o indivíduo se insere. Thompson, por sua vez, enfatiza a importância da atribuição de sentido pelo sujeito que lembra, principalmente porque, ao narrar suas memórias, cada um atribui o sentido que dá hoje ao que se passou, articulando passado e presente: “Nossa identidade [...] atual afeta a maneira como estruturamos, articulamos e lembramos a história da nossa vida.” (2002, p. 44). Assim, muito mais do que “objeto de estudo”, os

sujeitos são capazes de revelar, dissimular ou mesmo esconder, através da oralidade inserida no contexto do presente. Em outras palavras, as memórias precisam ser consideradas pelo pesquisador como lembranças atravessadas por interesses e conveniências do sujeito que lembra. (PÁDUA, 2006).

Assim, se encara a História Oral não como alternativa para *resgatar uma verdade intacta*, um presente num passado morto, mas considera a influência do presente e a história dos sujeitos que narram, resignificando o passado. Ou, como adequadamente afirma Kenski (1994, p. 48), “o narrado é praticamente uma reconceitualização do passado a partir do momento presente, da pessoa com quem se está falando e do objetivo da narrativa”. Memória, portanto, não é sinônimo de verdade, o que não significa que a memória mente, mas que é influenciada pelo contexto do presente e por outras variáveis. O respeito às falas dos sujeitos pesquisados e as suas memórias não quer dizer que o pesquisador não tenha o necessário posicionamento crítico com relação ao documento produzido através da História Oral. Assim como os documentos escritos e oficiais devem ser interpretados de maneira crítica, as fontes orais também merecem o devido rigor – a não veneração – e podem ser trianguladas com outros tipos de documento, a fim de ampliar a sua compreensão: “A complementaridade das fontes não se restringe ao acréscimo de dados à pesquisa, mas informa a diversidade de percepções *da e sobre* a época estudada.” (VIDAL, 1998, p. 15).

Reflexões a partir da análise de dados

A análise das 137 páginas dos documentos permitiu evidenciar que as investigações da Ceis/UFRGS, além de professores e funcionários, atuou fortemente em relação aos estudantes. Uma primeira característica observada a partir dos documentos foi a necessidade de rapidez¹⁸ na execução das investigações, fato acentuado com frequência nos registros das reuniões. A agilidade provavelmente decorreu da ordem explícita de prazo para conclusão

¹⁸ O Professor Ney Messias, no decorrer das discussões sobre o Projeto de Regimento da Ceis, afirma que as normas aprovadas poderiam ser modificadas no decorrer das atividades “tendo em vista as condições desejadas de eficiência e rapidez”. (UFRGS/Ceis. *Ata da 2ª reunião ordinária da Ceis*, 26/5/1964, p. 5. UCS/Cedoc/LTM). O presidente da Ceis Nagipe Buaes também acentua a necessidade de os trabalhos se realizarem de forma rápida, conforme o trecho da ata a seguir: “O Sr. Presidente, a seguir, acentuou a necessidade de que os trabalhos sejam acelerados, a fim de que sua conclusão ocorra no menor prazo possível.” (UFRGS/Ceis. *Ata da 4ª reunião ordinária da Ceis*, 8/6/1964, p. 7. UCS/Cedoc/LTM).

e entrega do relatório final (dia 14 de julho), mas que, posteriormente, foi prorrogado por mais 30 dias.¹⁹

Percebe-se a forte atuação da Ceis em relação aos estudantes através de depoimentos, principalmente nas subcomissões, visto que os estudantes eram ouvidos nas subcomissões²⁰ e, em alguns casos, também na comissão plenária. Na reunião de instalação dos trabalhos da Subcomissão letra D, integrada pelas Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências Econômicas e Escola de Artes, ocorrida em 29 de maio, consta na ata a afirmação do presidente da referida subcomissão, Nagipe Buaes: “O Sr. Presidente, em seguida, determinou dia e hora para que seja convocado a prestar depoimento o Sr. Presidente do Centro Acadêmico da Fac. de Ciências Econômicas e Escola de Artes.”²¹ Na reunião seguinte, a subcomissão ouviu o acadêmico Egon Handel representante do Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas:

A análise desses documentos revela que existiu uma cooperação entre os órgãos de repressão no que se refere à troca de informações. Uma via das listas de professores, estudantes e funcionários providenciada pelos professores de cada faculdade e escolas foram encaminhadas para o assessor militar da comissão, Gen. R/1 Jorge Cesar Garrastazu Teixeira, indicado pelo III Exército.²² Através desse assessor militar, aconteceu a troca de informações entre a Ceis, o III Exército e o Dops, tanto que, na primeira reunião, o mesmo foi incumbido pelo presidente “de solicitar informes ao Comando do III Exército e à Chefia de Polícia quanto aos atos e fatos, investigados pela Comissão Especial e praticados por elementos vinculados à Universidade”.²³

¹⁹ UFRGS/Ceis. *Ofício Circular expedido pelo Prof. Nagipe Buaes, presidente da Ceis da Universidade do Rio Grande do Sul, transcrevendo telegrama do reitor, prorrogando o prazo para entrega de conclusão de investigação*, 24/6/1964, p. 1. UCS/Cedoc/LTM.

²⁰ Como se pode observar no trecho a seguir, os estudantes eram investigados mais profundamente pelas subcomissões sendo que os mais “comprometidos” eram inquiridos pelas mesmas: “O Prof. Jacy C. Monteiro esclareceu que já existem, na Subcomissão C, cerca de 40 estudantes da Faculdade de Medicina que já estão relacionados; desses, há 6 ou 7 verdadeiramente comprometidos. Perguntou: tais estudantes devem ser chamados? O sr. Presidente, disse que, realmente, os aludidos estudantes devem ser chamados e inquiridos pela Subcomissão, para poderem apresentar defesa.” (UFRGS/Ceis. *Ata da 4ª reunião ordinária da Ceis*, 8/6/1964, p. 7. UCS/Cedoc/LTM).

²¹ UFRGS/Ceis. SUBCOMISSÃO LETRA D. *Ata da reunião de instalação dos trabalhos da Subcomissão letra D, integrada pelas Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências Econômicas e Escola de Artes*, 29/5/1964, p. 1. UCS/Cedoc/LTM.

²² UFRGS/Ceis. *Ata da 2ª reunião ordinária da Ceis*, 26/5/1964, p. 4. UCS/Cedoc/LTM.

²³ UFRGS/Ceis. *Ata da 1ª reunião ordinária da Ceis*, 21/5/1964, p. 10. UCS/Cedoc/LTM.

As atas da Ceis/UFRGS revelam que a mesma recebeu e ouviu, na segunda reunião realizada em 26 de maio de 1964, interventores de entidades estudantis: da UEE, da Feurgs, da Casa do Estudante e da Umespa. As três reuniões subsequentes dedicaram-se a ouvir diretores das faculdades e escolas da universidade que falaram sobre atos que deveriam ser investigados pela Ceis referente à subversão, ao comunismo e à corrupção envolvendo professores, funcionários e estudantes. As falas destacaram as repercussões do golpe de 64 no movimento estudantil e das ações realizadas pelos mesmos contra o golpe. O diretor da Faculdade de Filosofia, Ari Nunes Tietböhl, relatou as repercussões do golpe no movimento estudantil, conforme referido anteriormente.

A Ceis recebeu, na sua sétima reunião, o ex-reitor da UFRGS, Elyseu Paglioli, para prestar “esclarecimentos e informações”. No seu depoimento, o ex-reitor falou da tomada da rádio da universidade por parte dos estudantes e das tentativas do mesmo para tentar impedi-la.

Com relação à análise de edições do jornal *Correio do Povo* (todas as edições do ano de 1964), a mesma permitiu ampliar a compreensão do período histórico em que a pesquisa se centraliza. Foi possível mergulhar na sociedade brasileira do momento, percebendo o clima de efervescência política que precedeu o golpe civil-militar/64, inclusive, constatando as recorrentes manifestações do movimento estudantil, tantas vezes referendado nas entrevistas. Destacam-se matérias relacionadas às reformas de base, percebendo-se o apoio dos órgãos estudantis a favor das mesmas, no período anterior ao golpe; reportagens que alertavam que a organização e a infiltração comunistas que a qualquer momento, com apoio internacional, tomariam o poder no Brasil, ao mesmo tempo, justificava a necessidade do golpe e da “limpeza” do Estado. Ao descrever o período anterior ao golpe vivido no País, sob o ponto de vista dos militares ou apoiadores do mesmo, observa-se repetidamente, nas matérias, o emprego de três palavras: “subversão, corrupção e desordem”: *subversão* referindo-se ao perigo comunista e à sua atuação no País que a qualquer momento tomaria o poder; *corrupção* referindo-se ao governo de Jango que usaria do dinheiro público para financiar e apoiar o comunismo.

Após o golpe de Estado ou, como dizem as reportagens, após a “vitória da revolução”, iniciou-se o processo de institucionalização do golpe²⁴ com uma série de intervenções nos órgãos federais, estaduais e municipais, além de sindicatos. São diversas as notícias que anunciam intervenções em diferentes instituições e órgãos. Dentre as muitas que podem ser citadas e que aparecem nos *listões* de expurgos, além dos Ministérios, constam entidades sindicais²⁵ como a União Nacional dos Servidores Públicos e o CGT, as próprias Forças Armadas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Brasileiro do Café (IBC), as universidades, as entidades estudantis como a UNE, a Supra, a Rede Ferroviária Federal, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (Iapi) e a Brigada Militar.

Conforme discurso da imprensa, o comunismo estaria infiltrado nas instituições brasileiras no campo da educação, e a “limpeza” passaria, dentre outras instituições, pelo Ministério de Educação²⁶ e em seus institutos como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), pelas reitorias de universidades, por escolas de educação básica, pelos professores das mesmas e, por fim, pelos espaços envolvendo estudantes. Em relação ao movimento estudantil, observou-se uma preocupação dos militares em logo realizar as intervenções e afastar as diretorias dos órgãos estudantis além de realizar diversas prisões.²⁷ Acreditavam que os órgãos estudantis estavam tomados por comunistas que influenciavam negativamente a juventude do Brasil. No dia 11 de

²⁴ O presidente Castelo Branco afirma a um grupo de jornalistas: “As Fôrças Armadas garantiram e garantem a Revolução, que procura institucionalizar-se em seus ideais.” (CORREIO DO POVO, 15/9/1964, n. 90, p. 1).

²⁵ “Todos os sindicatos que tinham sua administração comprometida com o esquema de agitação sindical que apoiava o governo de João Goulart terão suas diretorias destituídas, para as entidades serem administradas por juntas governistas.” (CORREIO DO POVO, 1º/5/1964, n. 177, p. 5).

²⁶ O MEC era considerando um órgão importante da subversão no País como revela a citação, a seguir, do deputado Carlos A. Werneck, presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino: “A partir da administração do sr. Darci Ribeiro o Ministério de Educação transformou-se num dos mais importantes órgãos de subversão do país [...]. A infiltração comunista foi tão intensa em todos os setores do MEC que se encontravam estudantes filiados à UNE, entregues à funesta missão de determinar a destruição de todo o sistema universitário do país, através de greves, badernas e desmoralização de seus professores.” (CORREIO DO POVO, 5/5/1964, n. 179, p. 10).

²⁷ Praticamente três meses após o golpe, o jornal traz a notícia de que o Dops realizou 873 prisões até o dia 2 de julho, sendo que, desse número total de prisões, havia 14 professores e 27 estudantes. (CORREIO DO POVO, 3/7/1964, n. 228, p. 5).

abril, o editorial do jornal *Correio do Povo* manifestou sua opinião²⁸ sobre a UNE revelando sua posição política alinhada ao novo governo, inclusive pedindo pela “completa e definitiva limpeza dos meios estudantis”.

Dessa maneira, a institucionalização do golpe iniciou seu processo nos órgãos estudantis através das intervenções que a cada dia eram anunciadas no jornal. É o caso da UNE, em que se anunciou a apreensão de documentos subversivos que comprovariam a infiltração comunista na entidade (5/4/1964, n. 156, p. 25); da UEE/RS (12/4/1964, n. 162, p. 44); da Uges (16/4/1964, n. 165, p. 9); da Feup; da Feurgs,²⁹ da Umespa e da Casa do Estudante (19/4/1964, n. 168, p. 21).

Das 306 reportagens, 12 delas estão relacionadas de alguma forma à Ceis/UFRGS, seja relatando suas atividades, seja repercutindo os expurgos. Destaco a reportagem que publica na íntegra o Boletim Informativo (número 2) da comissão, em que o seu presidente, Nagipe Buaes, informou o fim dos trabalhos da Ceis. Segundo a reportagem, a Ceis “examinou 70 processos relativos aos corpos docente e discente, bem como outros da órbita administrativa”. O boletim informou que o relatório final, que foi encaminhado ao MEC, dos trabalhos da Ceis foi discutido e aprovado por unanimidade; afirmou ainda que foram concluídos processos “relativos aos corpos docente, discente³⁰ e administrativo”, e que a Ceis seria transformada em “Comissão Permanente, composta dos 5 presidentes das Subcomissões e presidida pelo Presidente da Ceis, até o término do Ato Institucional”. (CORREIO DO POVO, 6/8/1964, n. 257, p. 22). Um aspecto importante

²⁸ O jornal *Correio do Povo* revela em seus editoriais o apoio ao golpe militar e à operação “limpeza” no País como é o caso deste trecho: “O Governo está agindo com rigor contra os agentes da subversão da ordem pública e social. A ‘descomunização’ do País é uma necessidade. Dentro de cuidadosos critérios de apuração da verdade e justiça, deve-se dar duro, mesmo, em cima deles.” (CORREIO DO POVO, 17/5/1964, n. 90, p. 4).

²⁹ A reportagem que noticia as intervenções do III Exército na Feup, Feurgs, Umespa e Casa do Estudante, conta como procederam essas intervenções: “A intervenção processou-se normalmente em todas entidades, com exceção da Feurgs, cujo presidente não a aceitou.” (CORREIO DO POVO, 19/4/1964, n. 168, p. 21). O então presidente da Feurgs era Plínio Dentzien e o mesmo foi preso e libertado no dia 14/05: “Já se encontra em liberdade, desde quinta-feira última, o acadêmico Plínio Dentzien, ex-presidente da Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (Feurgs), que tinha sido preso e deposto de seu cargo, ao tentar opor resistência à intervenção federal na entidade representativa dos estudantes da UFRGS. Plínio Dentzien, que é estudante de Direito, encontrava-se detido, com outros presos políticos, no Pavilhão do Sesme.” (CORREIO DO POVO, 20/5/1964, n. 192, p. 14). A intervenção na Feurgs seria suspensa somente no dia 2 de junho de 1964.

³⁰ Cabe esclarecer que o boletim informativo 2, expedido pelo presidente da Ceis, não traz a informação que foram examinados 70 processos. Esse dado foi informado em reportagem do jornal.

dessa reportagem em relação à pesquisa foi a afirmação oficial da Ceis informando que o corpo discente também havia sido investigado. Algumas reportagens noticiaram as inquietações e manifestações do movimento estudantil contrárias aos expurgos de professores da universidade que se efetivariam a partir do relatório enviado ao MEC pela Ceis. Uma dessas manifestações foi noticiada no dia 19 de setembro em que estudantes da UFRGS, nas imediações da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, realizaram uma manifestação contrária aos expurgos de professores da UFRGS. A manifestação foi reprimida, e estudantes foram presos. (CORREIO DO POVO, 19/9/1964, n. 294, p. 11).

Ao tentar compreender o ano de 1964, as entrevistas, assim como as matérias de jornais, evidenciam o clima de efervescência pelo qual o País estava passando. Efervescência no sentido de manifestações que ocorrem na sociedade, em diferentes aspectos. Analisando o depoimento dos sujeitos, constata-se que o movimento estudantil não restringiu sua participação e ação a questões acadêmicas; pelo contrário, os estudantes tinham um forte vínculo com as demais questões políticas da sociedade. Outro aspecto que chamou muito a atenção nas cinco entrevistas analisadas foi o forte vínculo do movimento estudantil com os movimentos sociais. Os anos 60 do século XX marcaram a intensa atuação de diversos movimentos sociais organizados, tanto de esquerda quanto de direita, como os sindicatos, as ligas camponesas, o próprio movimento estudantil, os movimentos de alfabetização de jovens e adultos, principalmente através do método Paulo Freire, movimentos ligados à Igreja Católica, partidos políticos, que foram reprimidos pela ditadura militar. Os cinco sujeitos da pesquisa tinham ligação com o movimento estudantil. Também nas entrevistas aparecem, quase como naturais, as diferentes ligações com movimentos sociais, em sua maioria de esquerda, permitindo ampliar as análises e os pontos de vista sobre o período.

Ao mesmo tempo que se percebe uma sociedade dividida em esquerda e direita, é preciso ter o cuidado para não homogeneizar os dois grupos, isto é, acreditar que constituíam simplesmente dois blocos: toda a esquerda e toda a direita pensavam de maneira unificada. Nas eleições para órgãos estudantis, relatadas nas entrevistas, evidenciavam-se a pluralidade política dos estudantes. Ao ser questionado se a divisão política da sociedade também acontecia no movimento estudantil, o entrevistado Annibal G. de Barros Cassal, na época estudante de Filosofia, afirmou: “Basicamente eram a direita

e a esquerda. Havia os grupos de direita, havia os grupos de esquerda, e o grupo de esquerda fortemente socializante ou pró-comunismo, e os grupos de direita, pelo contrário, da força, o militarismo.”

O entrevistado João Fabrício de Moraes, acadêmico de Direito na época, falou do clima na universidade pouco tempo antes do golpe: “Se falava que havia um movimento muito forte nacionalista e que era pelas reformas de base. O comício de março na Cinelândia... não, na Central do Brasil, essas coisas todas efervesciam na faculdade, os reacionários eram poucos e apoiavam a revolução, não tinham expressão.”

Ao falar sobre o golpe, Annibal afirmou que o mesmo pegou todos de surpresa e logo foi tomando conta do Brasil, dificultando uma reação: “Quando se deu o golpe de 64, todo o mundo estava completamente despreparado no país, não esperavam um [...] golpe, e ele logo tomou conta, se espalhou por todo o Brasil, não havia condições nem de resistência.” O entrevistado também falou do clima logo após o golpe na UFRGS e das consequências a partir da repressão aos órgãos estudantis: “Ficou um clima irrespirável, porque qualquer coisa era considerado suspeito, se quisesse discutir, por exemplo, comunismo, socialismo, democracia, ditadura, não podia, eram temas proibidos.”

Cabe aqui salientar que, no início desta pesquisa, havia uma hipótese: a de que os depoentes, por terem passado pela Ceis ou por Inquéritos Policiais Militares (IPMs), talvez revelassem marcas significativas que tal experiência teria deixado em sua trajetória de vida. Em outras palavras, que aquele acontecimento teria sido muito importante em sua vida, quem sabe até traumático. Com o decorrer das entrevistas e das análises, entretanto, foi possível avaliar que tal suspeita carregava intrinsecamente uma supervalorização do fato na vida dos sujeitos. Um exemplo disso ocorreu durante a entrevista de João Fabrício de Moraes, já que o mesmo nem sempre conseguiu distinguir claramente suas lembranças sobre o depoimento prestado à Ceis e aos IPMs. Ou seja, em princípio, não haveria marcas significativas em suas lembranças acerca daquele passado. Refletindo hoje, de forma mais distanciada, e considerando leituras acerca de como lidar com a memória na pesquisa, poder-se-ia interpretar de diferentes modos, inclusive atribuindo razões inconscientes, entre inúmeras outras apontadas em produções teóricas apresentadas no início deste trabalho.

Em vários momentos das entrevistas, os sujeitos lembraram seus depoimentos à Ceis/UFRGS ou aos IPMs de modo quase inóspito, sem fazer considerações emocionais ou, pelo menos, não conforme as expectativas que se tinha no início da pesquisa: “Teve um julgamento, mas era tudo uma onda, formalidades assim.” (Jaime Rodrigues). “A cada pergunta deles, eu fazia uma dissertação, enlouquecia eles, falando, e como eu, todos os outros estavam preparados, nós éramos preparados.” (João Fabrício de Moraes). “Sem problema, foi num dia marcado, um dia determinado, que tinha que ir lá e apresentar minhas alegações, foi muito fácil.” (Annibal G. de Barros Cassal).

Considerações finais

O conjunto de dados coletados, seguido da análise das entrevistas, documentos e matérias de jornal – permite afirmar, entre outras coisas, que a institucionalização do golpe civil-militar/64 na UFRGS não foi efetivada sem reação de parte de seus professores, funcionários e estudantes. A partir dos depoimentos, ficou muito evidente a dimensão política do estudante universitário, cujas ações não estavam restritas a questões acadêmicas e tinham forte vínculo com diferentes setores da sociedade. A pesquisa mostrou também a diversidade de posições políticas dentro do movimento estudantil, e mesmo entre os docentes, fazendo emergir indicadores diversos, evidenciando protagonistas contra e também a favor do golpe civil-militar/64. Nesse sentido, cabe salientar que, em relação aos estudantes inquiridos na Ceis/UFRGS, não necessariamente foram interrogados somente estudantes de esquerda contrários ao golpe, também foram ouvidos estudantes que eram a favor do golpe, isto é, colaboradores das informações que estavam sendo investigadas.

Após a análise de cada um dos tipos de documentos em sua singularidade, foi possível fazer uma leitura de conjunto, permitindo novas configurações e, conseqüentemente, novas reflexões. Em outras palavras, a análise aqui processada permite afirmar que a Ceis teve um intenso trabalho atuando diretamente sobre os estudantes, embora não envolvendo necessariamente punição direta. As matérias do jornal *Correio do Povo*, sim, citam mais explicitamente a repressão aos estudantes, e suas matérias dão maior destaque à reação deles diante dos expurgos que atingiram professores.

Este estudo também confirma a clara cooperação que existiu estrategicamente entre os órgãos de repressão, principalmente, através de informações que trocavam entre si a Ceis/UFRGS, o III Exército e o Dops.

Com respeito ao processo de pesquisar lidando com a memória de sujeitos, constata-se que reminiscências sobre um mesmo fato divergem de sujeito para sujeito. Apesar de terem vivenciado o mesmo fato histórico, cada sujeito relatou uma determinada versão, cada sujeito ressignificou sua percepção sobre os fatos ocorridos em 1964. Além disso, nas lembranças de um mesmo entrevistado podem ser encontradas contradições e também silêncios. Nessa perspectiva, como outras pesquisas que lidam com memória já comprovaram, os depoentes tornam menos doloroso um fato que certamente não foi tão inóspito assim. Se quisermos tornar mais amena uma lembrança dura do passado, basta que a transformemos numa narrativa.

As interpretações construídas neste trabalho, de modo algum, podem ser consideradas conclusivas nem mesmo pretendem ser assim identificadas. Como tão adequadamente afirma Thompson (2002, p. 35), ao ouvir as fantasias, os erros e as contradições da memória, “podemos entender melhor os significados subjetivos da experiência histórica”. Ao longo dos encontros, ouvindo e gravando as narrativas, percebeu-se que, para alguns entrevistados, aquele foi um momento em que procuraram dar voz às suas memórias, com o desejo de que as mesmas pudessem ser registradas e propagadas. Confirmaram em parte o que também já referiu o autor acima citado, isto é, lembranças anteriormente silenciadas ou ignoradas podem ter um poderoso valor para quem narra.

Analisando com acuidade as narrativas coletadas, é possível concluir que o fato de esses ex-estudantes terem sido investigados pela Comissão Sumária de 1964 não repercutiu tão decisivamente em sua trajetória posterior como se supunha ao desencadear o projeto. Tal constatação, entretanto, não diminui o valor da pesquisa, tampouco enfraqueceu o desejo de persistir aprofundando a temática em próximos estudos. Conforme referido anteriormente, o desenrolar do percurso tornou possível outras reflexões não previstas de início. Ao mesmo tempo, tão importante quanto reunir o material empírico constituiu-se a experiência em pesquisar o acervo ainda não explorado. Igualmente salvar arquivos vivos ou, de acordo com a conhecida expressão de Ozouf (1973) “arquivos provocados”, indo ao encontro de sujeitos que talvez ficassem calados para sempre.

Referências

BRASIL. *Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=185799>>. Acesso em: 16 maio 2009.

BRASIL. *Decreto 53.897, de 27 de abril de 1964*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=185815>>. Acesso em: 16 maio 2009.

CALADO; S. S.; FERREIRA, C. R. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação da Faculdade de Ciências, Lisboa, 2004/2005.

CERUTTI, M. F. *Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária (1964)*. 2010. 335 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/Unisinus, São Leopoldo, 2010.

CUNHA, Maria Isabel. As narrativas como explicitadoras e como produtoras do conhecimento. In: _____. *O professor universitário na transição de paradigmas*. Araraquara: JM, 1998. p. 37-46.

FISCHER, Beatriz T. Daudt; WEIDUSCHADT, Patrícia. História Oral e memória: aportes teórico-metodológicos na investigação de trajetórias docentes. In: FISCHER, S. T. D.; FERREIRA, Márcia Ondina V.; PERES, Lúcia Maria V. *Memórias docentes: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação*. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2009.

HOLZMANN, Lorena et al. (Org. e rev.). *Universidade e repressão: os expurgos da UFRGS*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KENSKI, Vani Moreira. Memória e ensino. *Caderno de Pesquisas*, São Paulo, n. 90, p. 45-51, ago. 1994.

MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969)*. 2009. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS, Porto Alegre, 2009.

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. *Educação em Foco*, v. 7, n. 2, set./fev. 2002/2003: UFJF. Disponível em: <http://www.faced.ufjf.br/revista%20educa%E7%E3o/vol7_n2/11.htm>. Acesso em: 7 maio 2009.

OZOUF, Jacques. *Nous les maîtres d'école: autobiographies d'instituteurs de la Belle Époque*, présentées par Jacques Ozouf. Paris: Julliard; Gallimard, 1973.

PÁDUA, Karla Cunha et al. *Memórias e percursos de estudantes negros e negras na UFMG*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. A fonte oral e a pesquisa em história da educação: algumas considerações. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, p. 7-16, jul. 1998.

**Recebido em 10 de abril de 2012.
Aprovado em 14 de maio de 2012.**